

Governo de Minas encaminha projeto de Lei Orçamentária à Assembleia Legislativa

Seg 30 setembro



O [Governo de Minas](#) encaminhou à Assembleia Legislativa, nesta segunda-feira (30/9), o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2020. O documento foi entregue pelos secretários de Planejamento e Gestão (Seplag), Otto Levy, e de Fazenda (SEF), Gustavo Barbosa, ao 1º vice-presidente da Assembleia

Legislativa, deputado Antônio Carlos Arantes, acompanhado do 1º secretário da Casa, deputado Tadeu Martins Leite.

Legislativa, deputado Antônio Carlos Arantes, acompanhado do 1º secretário da Casa, deputado Tadeu Martins Leite.

O texto estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal e do Orçamento de Investimentos das empresas controladas pelo Estado. A receita para 2020 é estimada em R\$ 103.523.803.807, enquanto a despesa é fixada em R\$ 116.815.995.181.

Assim, o déficit previsto, para 2020, é de cerca de R\$ 13,29 bilhões. “Esse valor representa uma queda de quase R\$ 2 bilhões em relação a 2019, quando tivemos um rombo de 15,17 bilhões”, destacou o secretário Otto Levy.

Receitas e Despesas

As receitas correntes somam R\$ 92,9 bilhões, com as deduções correntes planejadas em R\$ 9,9 bilhões. Já as receitas de capital são estimadas em R\$ 471 milhões. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tem a arrecadação estimada em R\$ 53,1 bilhões, 76,1% das Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de melhoria.

Do valor da despesa total fixada para o exercício de 2020, R\$ 108,2 bilhões referem-se às despesas correntes, R\$ 7,6 bilhões às despesas de capital e R\$ 1 bilhão à reserva de contingência.

O grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” é o mais significativo, representando 50,3% das Despesas Correntes. Já as transferências constitucionais aos municípios, os juros e encargos da dívida e as demais despesas correntes participam, respectivamente, com 15,4%, 4,4% e 29,9% das despesas correntes. Os investimentos estão fixados em R\$ 3,7 bilhões.

Geração de empregos

Durante a reunião, também foram entregues projetos de lei contendo a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI). O PMDI é o planejamento de longo prazo do Estado até 2030, e traz princípios, diretrizes e objetivos estratégicos.

“No documento, apresentamos 31 metas. As metas são desdobradas em 2022, 2026 e 2030. Para este governo, temos, por exemplo, a meta de atrairmos R\$ 150 bilhões de investimentos, gerando 600 mil empregos”, afirmou Otto Levy.

Foram definidas quatro bandeiras no PMDI: Governo eficiente e inovador a serviço das pessoas; Governo focado em suas responsabilidades essenciais; Economia mineira como protagonista no desenvolvimento econômico e tecnológico; Governo com alto grau de investimento reconhecido pelas instituições de risco pela excelência na gestão fiscal sustentável.

Transparência

Já o PPAG agrega programas e ações que serão colocados em prática no quadriênio 2020-2023. Nesta revisão, uma inovação torna o documento mais transparente: são apresentados os custos reais de cada uma das políticas públicas executadas pelo Estado, inclusive incorporando o gasto com as despesas de pessoal envolvidas em cada um desses programas.

Os programas do PPAG estão estruturados entre as 14 áreas temáticas definidas na revisão do PMDI, somadas ainda a uma área específica para os demais poderes do Estado. Todos esses programas estão vinculados a diretrizes e objetivos estratégicos definidos no PMDI. O PPAG 2020-2023 contempla uma carteira de 154 programas, distribuídos em 836 ações, que serão monitoradas e avaliadas regularmente.

Também estiveram presentes na entrega dos documentos na Assembleia Legislativa a secretária-adjunta da Seplag, Luísa Barreto, e o secretário-adjunto de Governo, José Geraldo Prado.